

Resultado da Agenda Legislativa

De 06/05/2024 até 10/05/2024

Congresso Nacional

09/05/2024 - quinta-feira

IBRR
Local
Objetivo
Destinado à deliberação dos Votos de nºs 66 de 2021; 30, 64 (suplementares 001 a 043 e 045 a 047) e 65 de 2022; 8 (suplementares 001 e 002), 31, 34, 35, 36, 37 e 39 e 40 de 2023; 1 e 2 de 2024, das FPA nºs 8 e 12 de 2024 e de PNV 2 de 2024.
Plenário da Câmara dos Deputados
Status
Encerrada
Proposições em pauta

Ordem: 3
CN.VET.16/2021 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.862/1991, na Câmara dos Deputados), que "amendava o Título III do Plano Especial de Desenvolvimento nº 2.841, de 7 de dezembro de 1949 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático do Brasil, e revoga a Lei nº 7.770, de 14 de dezembro de 1983 (Lei da Supremacia Nacional), e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.358, de 3 de setembro de 1961 (Lei das Contravenções Penais)".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 4
CN.VET.16/2022 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 2.291, de 2021, que "Dispõe sobre os programas de atendimento às apóstoas privadas realizadas por fazendas agropecuárias, sob o amparo e em procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos apóstoas das cadeias produtivas do setor agropecuário, mediante o Programa de Incentivo à Continuidade em Defesa Agropecuária, e Conselho Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Prevenção Intervenções (Vigilância Interventiva), sobre a Lei nº 13.906, de 1 de maio de 2020, nº 972, de 25 de maio de 2020, e nº 1.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 487, de 13 de fevereiro de 1968, nº 1.817, de 7 de outubro de 1968 e das Leis nºs 4.106, de 20 de dezembro de 1974, 4.444, de 3 de outubro de 1977, 8.024, de 18 de dezembro de 1980, 7.578, de 8 de novembro de 1975, 7.559, de 23 de novembro de 1989, 8.125, de 14 de julho de 1994, 9.377, de 25 de maio de 2020, 10.711, de 14 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2007".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 5
CN.VET.17/2021 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2023 (instado da MPV nº 1.151/2023), que "Abre a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a apósto de Roraima pública para a produção sustentável, e Lei nº 11.516, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 6
CN.VET.17/2021 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2023 (instado da MPV nº 1.151/2023), que "Abre a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a apósto de Roraima pública para a produção sustentável, e Lei nº 11.516, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Mantidos os dispositivos 14.239, 14.23115 e 14.23.117 do Voto nº 14, de 2022. Será feita comunicação à Presidência da República. Objeto da deliberação: Dispositivos 1. 2.1. 14.23.10, 14.23.18, 14.23.19, 14.23.20, 14.23.21, 14.23.22, 14.23.23, 14.23.24, 14.23.25, 14.23.26, 14.23.109 e 14.23.110, 14.23.114, 14.23.118, 14.23.124, 14.23.134, 14.23.138, 14.23.301 e 14.23.302. Resultado: Regime no Senado Federal. Votação nominal: Sim 9 Não 54 Abstenção 0. Presidente: 1 Total: 55. Passa-se a deliberação na Câmara dos Deputados. Objeto de deliberação: Dispositivos 14.23.4, 14.23.54, 14.23.78, 14.23.95, 14.23.169 e 14.23.180. Resultado: Regime no Senado Federal. Votação nominal: Sim 19 Não 37 Abstenção 0. Presidente: 1 Total: 34. Os dispositivos vão a promulgação.

Ordem: 8
CN.VET.16/2023 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2023 (instado da MPV nº 1.162/2023), que "Dispõe sobre o Programa Nível Casa. Votação: Voto, sobre o Decreto nº 3.302, de 20 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), e Lei nº 4.591, de 18 de dezembro de 1964, e Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei das Registros Públicos), e Lei nº 6.763, de 19 de dezembro de 1979, e Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FCTSE), e Lei nº 8.177, de 13 de julho de 1991, e Lei nº 9.472, de 14 de julho de 1997, e Lei nº 9.514, de 29 de novembro de 1997, e Lei nº 10.108, de 12 de dezembro de 2001, e Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e Lei nº 10.521, de 2 de agosto de 2004, e Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e Lei nº 12.182, de 4 de agosto de 2011, e Lei nº 13.156, de 18 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e Lei nº 14.123, de 19 de Abril de 2021 (Lei das Licitações e Contratos Administrativos), e Lei nº 13.383, de 10 de janeiro de 2022, e Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 16
CN.VET.16/2023 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 3.045, de 2022 (nº 3.363/2001, na Câmara dos Deputados), que "Instaura a Lei Orgânica Nacional das Polícia Militar e dos Corpos de Bombeiros Militares do Município, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do "caput" do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 11.875, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 865, de 2 de julho de 1969".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 17
CN.VET.16/2023 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 4.173, de 2023, que "Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e de renda variável por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e "trusts" no exterior, sobre a Lei nº 9.103, de 21 de dezembro de 2004, 8.068, de 27 de junho de 2001, e 4.006, de 18 de janeiro de 2002 (Código Civil), e Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e Lei nº 12.182, de 4 de agosto de 2011, e Lei nº 13.156, de 18 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e Lei nº 14.123, de 19 de Abril de 2021 (Lei das Licitações e Contratos Administrativos), e Lei nº 13.383, de 10 de janeiro de 2022, e Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Mantido o dispositivo 42.23.01 do Voto nº 42, de 2022. Votação por cédula eletrônica. Será feita a comunicação à Presidência da República.

Ordem: 40
CN.VET.16/2023 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que "Abre a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2001, e Lei nº 11.878, de 20 de novembro de 1991, e a Lei nº 1.840, de 18 de junho de 2017, para dispor sobre a extinção de cláusulas resolventes contidas em títulos fundiários, e de outras providências".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Mantido o dispositivo 42.23.01 do Voto nº 42, de 2022. Votação por cédula eletrônica. Será feita comunicação à Presidência da República.

Ordem: 41
CN.VET.16/2023 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 3.954, de 2023, que "Abre a Lei nº 14.131, de 19 de abril de 2021 (Lei das Licitações e Contratos Administrativos), para estabelecer a ordem de registro eletrônico em licitação de obras e serviços que especifica, fabricar a admissão de Manuseio a até de registro de preço licitante por outro ente do sistema nacional federativo, desde que o registro de preço eletrônico remanescente do contrato administrativo nacionalizado, permitir a prestação de garantia na forma de título de constituição e pagamento por e gestão e a aplicação eficiente dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasse".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Regime no Senado Federal. Votação nominal: Sim 27 Não 28 Abstenção 0. Presidente: 1 Total: 55. Passa-se a deliberação na Câmara dos Deputados. Objeto de deliberação: Dispositivos 46.23.04, 46.23.05, 46.23.07 e 46.23.13 do Voto nº 46, de 2022. Votação por cédula eletrônica. Os dispositivos regimentais vão a promulgação. Será feita comunicação à Presidência da República.

Ordem: 22
CN.VET.16/2023 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei de Sanção nº 526, de 1999 (nº 6.209/2002, na Câmara dos Deputados, e aprovado no Senado em 01/11/2002), que "Dispõe sobre a criação, a organização, a estrutura, a composição, a organização, e destino final dos resíduos e das embalagens, e gestão, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos iniciais e afins, revoga a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, nº 9.974, de 26 de junho de 1999".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Regime no Senado Federal. Votação nominal: Sim 27 Não 28 Abstenção 0. Presidente: 1 Total: 55. Passa-se a deliberação na Câmara dos Deputados. Objeto de deliberação: Dispositivos 04.24.1, 04.24.30, 04.24.32 e 04.24.63, 04.24.65, 04.24.69 e 04.24.92, 04.24.95 e 04.24.110, 04.24.112 e 04.24.114, 04.24.116 e 04.24.128, 04.24.131 e 04.24.134, 04.24.137 e 04.24.142. Resultado: Mantidos na Câmara dos Deputados. Votação nominal: Sim 279 Não 34 Abstenção 0. Total: 313. Os dispositivos deixam de ser submetidos ao Senado Federal. Será feita comunicação ao Senado Presidência da República. Objeto de deliberação: Dispositivos 04.24.31, 04.24.98, 04.24.143, 04.24.148, 04.24.94, 04.24.111, 04.24.115, 04.24.129, 04.24.139, 04.24.132 e 04.24.138. Resultado: Regime no Senado Federal. Votação nominal: Sim 3. Não 51. Abstenção 0. Total: 54. Os dispositivos vão a promulgação.

Ordem: 23
CN.VET.16/2023 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei de Sanção nº 332, de 2018 (nº 116/2003, na Câmara dos Deputados), que "Abre a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para votar a incidência do imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nos casos de transferência de propriedade entre estabelecimentos de mesmo contribuinte".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 25
CN.VET.16/2024 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: 28
CN.VET.16/2024 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023, que "Extina a recolta e fins a despesa da União para o exercício financeiro de 2024".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Objeto de deliberação: Dispositivos 04.24.1 e 04.24.30, 04.24.32 e 04.24.63, 04.24.65, 04.24.69 e 04.24.92, 04.24.95 e 04.24.110, 04.24.112 e 04.24.114, 04.24.116 e 04.24.128, 04.24.131 e 04.24.134, 04.24.137 e 04.24.142. Resultado: Mantidos na Câmara dos Deputados. Votação nominal: Sim 279 Não 34 Abstenção 0. Total: 313. Os dispositivos deixam de ser submetidos ao Senado Federal. Será feita comunicação ao Senado Presidência da República. Objeto de deliberação: Dispositivos 04.24.31, 04.24.98, 04.24.143, 04.24.148, 04.24.94, 04.24.111, 04.24.115, 04.24.129, 04.24.139, 04.24.132 e 04.24.138. Resultado: Regime no Senado Federal. Votação nominal: Sim 3. Não 51. Abstenção 0. Total: 54. Os dispositivos vão a promulgação.

Ordem: 29
CN.VET.16/2024 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 5.206, de 2023 (nº 9.470/2018, na Câmara dos Deputados), que "Instaura o Fundo Regulatório (FUNREG) - Câmara Nacional de Cultura (CNC), para apoiar os direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura".
Despachos: FLEN

Resultado:
[Deliberação] Resultado da matéria: Mantido o Voto nº 5, de 2024. Votação por cédula eletrônica. Será feita comunicação à Presidência da República.

Câmara Dos Deputados

07/05/2024 - terça-feira

<p>10:00 Audiência Pública</p>	<p>CVT - Comissão de Viação e Transportes</p>	
<p>Local</p>	<p>Objetivo</p> <p>Programa Mover - Programa Nacional de Mobilidade Verde e Inovação (MP n. 1.205/2023) (REQ n. 12/2024 CVT, do deputado Alex Santana, subscrito pelo deputado Gilberto Abramo - Presidente da Comissão de Viação e Transportes) Convidados: - MARLON ARRAES JARDIM, Diretor do Departamento de Biocombustíveis da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia; (Confirmado) - ADALBERTO MALUF, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; (Confirmado) - MARGARETE GANDINI, Diretora do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; (Confirmada) - HENRY JOSEPH JUNIOR, Diretor de Assuntos Técnicos da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); (Confirmado) - MARCELLO VON SCHNEIDER, Diretor Institucional, representando o Presidente da BYD Brasil; (Confirmado) - RICARDO BASTOS, Presidente da Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE); (Confirmado) - LUCIANO RODRIGUES, Diretor de Inteligência Setorial da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica); (Confirmado) - EDISON DA MATTA, Diretor Tributário e Fiscal do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças); (Confirmado) - LUCIANA SANTOS, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação; (não confirmada)</p>	<p>Status</p> <p>Encerrada (Final)</p>
<p>Anexo II, Plenário 11</p>		
<p>10:00 Seminário</p>	<p>CLP - Comissão de Legislação Participativa</p>	
<p>Local</p>	<p>Objetivo</p> <p>O Parlamento Brasileiro e as Agendas Ambientais no G20 CONVIDADOS 10h: Abertura Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL - RJ), Coordenadora do GT Clima da Frente Parlamentar Ambientalista Deputado Federal Nilto Tatto (PT - SP), Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista Deputada Federal Célia Xakirabá (PSOL - MG), Coordenadora do GT Juventudes da Frente Parlamentar Ambientalista Deputada Socorro Neri (PP - AC), Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Transição Climática 10h30: Intervenções dos representantes dos Grupos de Trabalho e de Engajamento do G20 - Maiara Folly, Diretora Executiva e Co-Fundadora da Plataforma CIPó, representante do Grupo de Engajamento Think Tanks (T20) Marina Marçal, Chefe de Diplomacia e Advocacy para Cidades na C40, representante do Grupo de Engajamento Urban (U20) Ivan Oliveira, Subsecretário de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Fazenda, Coordenador do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis do G20 Claudio Fernandes, Economista na Gestos, representante do Grupo de Engajamento Civil Society (C20) Pedro Ivo Ferraz da Silva - Representante da Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima (Hamaraty) Carolina de Almeida Pereira - Geledés - Instituto da Mulher Negra Mariana Barros Barreiras - Assessora especial da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados Fabricio Côrtes - Assessor de Assuntos Internacionais do Senado Federal, secretário do Grupo de Engajamento Parliament (P20) no Senado</p>	<p>Status</p> <p>Encerrada (Final)</p>
<p>Anexo II, Plenário 03</p>		
<p>14:00 Reunião Deliberativa</p>	<p>CICS - Comissão de Indústria, Comércio e Serviços</p>	
<p>Local</p>	<p>Objetivo</p> <p>Discussão e votação de propostas legislativas</p>	<p>Status</p> <p>Encerrada (Final)</p>
<p>Anexo II, Plenário 05</p>		
<p>Proposições em pauta</p>		

Ordem: 1

CD REQ 20/2024 CICS - (DIVERSOS)

Autor(a): Any Ortiz (CIDADANIA/RS)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre "Impacto Econômico, competitividade, manutenção de empregos e responsabilidade social", no âmbito desta Comissão relativo ao PL 493/2024.

ORIENTAÇÃO FPA

MONITORAR

Resultado:

Aprovado com subscrição do Deputado Jorge Goetten.

Ordem: 2

CD REQ 21/2024 CICS - (DIVERSOS)

Autor(a): Any Ortiz (CIDADANIA/RS)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre "Impacto Econômico, competitividade, manutenção de empregos e responsabilidade social", no âmbito desta Comissão relativo ao PL 493/2024.

ORIENTAÇÃO FPA

MONITORAR

Resultado:

Aprovado com subscrição do Deputado Jorge Goetten.

Ordem: 3

CD REQ 22/2024 CICS - (DIVERSOS)

Autor(a): Any Ortiz (CIDADANIA/RS)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre "Impacto Econômico, competitividade, manutenção de empregos e responsabilidade social", no âmbito desta Comissão relativo ao PL 493/2024.

ORIENTAÇÃO FPA

MONITORAR

Resultado:

Aprovado com subscrição do Deputado Jorge Goetten.

14:30

CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Reunião Deliberativa

Local

Objetivo

Status

Anexo II, Plenário 01

Discussão e votação de propostas legislativas

Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: 26

CD PL 8262/2017 - (ORDINARIA)

Autor(a): André Ananias (PROS/PSB)

Dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Despachos: CSPOCO -> CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Dr. Victor Linhalis (PODE-ES), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 10.010/2018, 554/2019, 4.433/2023, 10.140/2018, 942/2019, 5.040/2019, 6.193/2019, 1.990/2023, 3.677/2023, 959/2024, 4.389/2023, 3.589/2021, 1.226/2022, 2.846/2022, 1.052/2023, 1.576/2023, 1.447/2023, 2.108/2023, 2.323/2023, 2.800/2023, 4.370/2023, 1.361/2023 e 1.394/2024, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL ☐

ARGUMENTAÇÃO

O parecer do relator de nº 7 na CCJC recomenda o não avanço do Projeto de Lei principal, PL 8.262/17, devido ao enunciado da proposição que permite ao proprietário esbulhado solicitar assistência policial para remover os invasores, **desde que** apresente uma escritura pública comprovando a propriedade do imóvel. Nesse sentido, o texto do PL nº 10.010/2018 é mais apropriado, pois permite ao possuidor turbado ou esbulhado manter-se ou restituir-se por sua **própria força**, ou solicitar assistência policial, sem necessidade de ordem judicial, desde que o faça imediatamente e restrinja seus atos de defesa ou desforço ao mínimo necessário para a manutenção ou restituição da posse. Essa flexibilização é fundamentada na necessidade de proteger a posse legítima e assegurar a efetividade do direito, evitando que a burocracia ou entraves legais impeçam a defesa ou a retomada da posse de forma rápida e eficiente. Quanto aos vinte e três projetos de leis apensados, tratam de disposições sobre esbulho, questão já bem atendida pelo PL 10.010/18. Portanto somos favoráveis em prosperar o PL 10.010/18 e apensados, na forma do substitutivo pela CCJC.

Resultado:

Votação Nominal, de ofício, do Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria dos Deputados Chico Alencar, Túlio Gadêlha, Célia Xakriabá e Fernanda Melchionna. Encaminharam a votação os Deputados Chico Alencar e Victor Linhalis. Prejudicados os Requerimentos de Votação Nominal da Retirada de Pauta, de autoria dos Deputados Chico Alencar, Túlio Gadêlha, Célia Xakriabá e Fernanda Melchionna e do Deputado Patrus Ananias. Prejudicado o Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria do Deputado Patrus Ananias. Rejeitado o Requerimento de Retirada de Pauta. Resultado: 3 votos "Sim", 31 votos "Não". Quórum de votação: 34 votos e 11 Obstruções. Lido Novo Parecer pelo Relator Prejudicados os Requerimentos de Adiantamento de Discussão, de autoria dos Deputados Patrus Ananias, Vice-Líder da Federação PT/PCdoB-PV, Pedro Campos, Vice-Líder do PSB e Fernanda Melchionna e Célia Xakriabá, Vice-Líderes da Federação PSOL-REDE, em razão da rejeição do Requerimento de Retirada de Pauta, e, por decorrência, prejudicados os Requerimentos de Votação Nominal do Adiantamento de Discussão, de autoria dos Deputados Patrus Ananias, Pedro Campos e Chico Alencar. Discutiras a Matéria: Dep. Patrus Ananias (PT/MG) e Dep. Ricardo Sales (PL-SP). Suspensa a Discussão em razão do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

Ordem: 84

CD PL 4720/2016 - (ORDINARIA)

Autor(a): Jerônimo Goergen (PP/RS)

Altera a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural.

Despachos: CAPADR -> CFT -> CCJC

Atual Relator(a): Sergio Souza (MDB/PR)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Sergio Souza (MDB-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL ☐

ARGUMENTAÇÃO

A instabilidade na execução do orçamento tem sido um problema para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Uma vez que gera incerteza quanto ao recebimento da subvenção prometida, prejudicando as seguradoras e sobrecarregando os agricultores, que acabam arcando com o custo total do prêmio do seguro, em vez de receberem subsídio público. Para corrigir esse impasse, busca-se permitir que os pagamentos da subvenção não precisem ser feitos no mesmo ano em que o seguro é contratado, já que muitas vezes há recursos disponíveis no final do ano. Isso se justifica pelo fato de que, comumente, são disponibilizados montantes significativos de recursos orçamentários para o Programa no final de cada exercício financeiro, seja por meio de descontingenciamentos orçamentários ou pela aprovação de créditos adicionais.

Resultado:

Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 85

CD PL 4451/2019 - (ORDINARIA)

Autor(a): Marreca Filho (PATRIOTA/MA)

"Dá nova redação ao caput do artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais".

Despachos: CAPADR -> CCJC

Atual Relator(a): Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PT-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL ☐

ARGUMENTAÇÃO

Embora a redução dos espaços agrícolas nos Planos Diretores Municipais busque aumentar a arrecadação municipal por meio do IPTU, ela pode afetar negativamente os agricultores familiares, excluindo-os das políticas de apoio à agricultura. No entanto, é crucial destacar que, segundo o Estatuto da Terra, as propriedades classificadas como **imóveis rurais** continuam elegíveis para os benefícios da Lei 11.326/2006, mesmo em áreas urbanas. Essa definição oferece segurança jurídica para o financiamento da produção agrícola pelo agricultor familiar.

Resultado:

Lido o Parecer do Relator, Deputado Rubens Pereira Júnior, pelo Deputado Bacelar. Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

Ordem: 88

CD PL 2168/2021 - (ORDINARIA)

Autor(a): Jose Mario Schreiner (MDB/GO)

Altera a Lei 12.651/2012, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal.

Despachos: CAPADR -> CMADS -> CCJC

Atual Relator(a): Coronel Fernanda (PL/MT)

Parecer

Parecer da Relatora, Dep. Coronel Fernanda (PL-MT), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs 2.673/2021 e 2.853/2021, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL ☐

ARGUMENTAÇÃO

A redação atual do Código Florestal (Lei nº 12651/2012) só permite intervenções em APPs para obras de **utilidade pública**, de interesse social ou de baixo impacto ambiental. Portanto, o objetivo do projeto é considerar como de utilidade pública, as obras de infraestrutura e dessedentação animal, incluindo barramentos ou represamentos de água que causem intervenção ou supressão da vegetação nativa em áreas de preservação permanente (APP). Isso se deve à dificuldade de construir reservatórios de água para irrigação nessas áreas, o que é um obstáculo para o crescimento da agricultura irrigada no Brasil.

Resultado:

Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

15:00 CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Reunião Deliberativa

Objetivo Status
Local Discussão e votação de propostas legislativas Encerrada (Final)
Anexo II, Plenário 13
Proposições em pauta

Ordem: 7

CD PL 3231/2021 - (ORDINARIA)

Autor(a): Enio Verri (PT/PR)

Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as máquinas e equipamentos agrícolas e tratores, de fabricação nacional ou fabricados em países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

Despachos: CAPADR -> CPD -> CFT -> CCJC

Atual Relator(a): Bruno Farias (AVANTE/MG)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Bruno Farias (AVANTE-MG), pela aprovação deste e das Emendas 1 e 2 Adotadas pela Comissão CAPADR, com emenda.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL

ARGUMENTAÇÃO

A legislação que isentou o IPI de veículos automotores para pessoas com deficiência foi exitosa em reduzir o custo dos automóveis para essa parcela da população, facilitando sua locomoção e a realização das tarefas do dia a dia. De maneira semelhante, espera-se que a isenção do imposto incidente em tratores, máquinas e equipamentos agrícolas torne-os mais acessíveis e estimule seu uso por pessoas com deficiência. Sendo assim, busca beneficiar as pessoas com deficiência que residem em áreas rurais e necessitam de tratores e equipamentos para o desenvolvimento de suas atividades produtivas. A emenda nº 1 e nº 2 adotadas pela CAPADR, trás uma adequação redacional, substituindo a palavra "veículo" por "máquina, equipamento ou trator". A emenda nº 3 trás o uso adequado da linguagem inclusiva, alterando a terminologia "pessoas portadoras de deficiência" por "pessoas com deficiência" que é o correto atualmente.

Resultado.

Retirado de pauta de ofício, por solicitação do Relator.

16:00 CICS - Comissão de Indústria, Comércio e Serviços

Audiência Pública

Objetivo Status
Local Os desafios do uso de gás natural no Brasil
REQUERIMENTO Nº 4/2024 AUTOR: Deputado
Josenildo Convidados: MARCELO GOMES
WEYDT (confirmado) Diretor do Departamento
de Gás Natural da Secretaria de Petróleo, Gás
Natural e Biocombustíveis do Ministério de
Minas e Energia - MME CARLOS LEONARDO
TEÓFILO DURANS (confirmado) Diretor da
Indústria de Insumos da Secretaria de
Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio
e Serviços - SDIC Ministério do
Desenvolvimento, Indústria, Comércio e
Serviços - MDIC PATRÍCIA HUGUENIN BARAN
(confirmada) Diretora Técnica da Agência
Nacional do Petróleo - ANP GUILHERME DE
BIASI CORDEIRO (confirmado) Coordenador de
Acesso à Infraestrutura da Agência Nacional de
Petróleo - ANP RICARDO MEDEIROS DE
CASTRO (confirmado) Chefe da Assessoria
Técnica da Presidência do Conselho
Administrativo de Defesa Econômica - CADE
ALVARO FERREIRA TUPASSU (confirmado)
Gerente Executivo de Gás e Energia - Petrobras
PAULO PEDROSA (confirmado) Presidente da
Associação Brasileira de Grandes Consumidores
Industriais de Energia e Consumidores Livres -
Abrace Energia LUCIEN BELMONTE
(confirmado) Coordenador Geral do Fórum do
Gás - Fórum das Associações Empresariais Pró-
Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural
CELSON MATTOS (confirmado) Sindicato da
Indústria da Reparação de Veículos e Acessórios
- Sindirepa Brasil RENATA ISFER (confirmada)
Presidente Executiva da Associação Brasileira
de Biogás - ABiogás MARCELO MENDONÇA
(confirmado) Diretor-Técnico Comercial da
Associação Brasileira das Empresas
Distribuidoras de Gás Canalizado - Abegás
PAULO CANINE (confirmado) Ex-Deputado
Federal SYLVIE D'APOTE (confirmada)
Diretora-executiva de Gás Natural do Instituto
Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP SERGIO
GABRIELLI Federação Única dos Petroleiros -
FUP

Anexo II, Plenário 05

Encerrada (Final)

08/05/2024 - quarta-feira



Ordem	Projeto de Lei	Resultado
1	PL 1.234/2023	Deferido
2	PL 1.235/2023	Deferido
3	PL 1.236/2023	Deferido
4	PL 1.237/2023	Deferido
5	PL 1.238/2023	Deferido
6	PL 1.239/2023	Deferido
7	PL 1.240/2023	Deferido
8	PL 1.241/2023	Deferido
9	PL 1.242/2023	Deferido
10	PL 1.243/2023	Deferido
11	PL 1.244/2023	Deferido
12	PL 1.245/2023	Deferido
13	PL 1.246/2023	Deferido
14	PL 1.247/2023	Deferido
15	PL 1.248/2023	Deferido
16	PL 1.249/2023	Deferido
17	PL 1.250/2023	Deferido
18	PL 1.251/2023	Deferido
19	PL 1.252/2023	Deferido
20	PL 1.253/2023	Deferido
21	PL 1.254/2023	Deferido
22	PL 1.255/2023	Deferido
23	PL 1.256/2023	Deferido
24	PL 1.257/2023	Deferido
25	PL 1.258/2023	Deferido
26	PL 1.259/2023	Deferido
27	PL 1.260/2023	Deferido
28	PL 1.261/2023	Deferido
29	PL 1.262/2023	Deferido
30	PL 1.263/2023	Deferido
31	PL 1.264/2023	Deferido
32	PL 1.265/2023	Deferido
33	PL 1.266/2023	Deferido
34	PL 1.267/2023	Deferido
35	PL 1.268/2023	Deferido
36	PL 1.269/2023	Deferido
37	PL 1.270/2023	Deferido
38	PL 1.271/2023	Deferido
39	PL 1.272/2023	Deferido
40	PL 1.273/2023	Deferido
41	PL 1.274/2023	Deferido
42	PL 1.275/2023	Deferido
43	PL 1.276/2023	Deferido
44	PL 1.277/2023	Deferido
45	PL 1.278/2023	Deferido
46	PL 1.279/2023	Deferido
47	PL 1.280/2023	Deferido
48	PL 1.281/2023	Deferido
49	PL 1.282/2023	Deferido
50	PL 1.283/2023	Deferido
51	PL 1.284/2023	Deferido
52	PL 1.285/2023	Deferido
53	PL 1.286/2023	Deferido
54	PL 1.287/2023	Deferido
55	PL 1.288/2023	Deferido
56	PL 1.289/2023	Deferido
57	PL 1.290/2023	Deferido
58	PL 1.291/2023	Deferido
59	PL 1.292/2023	Deferido
60	PL 1.293/2023	Deferido
61	PL 1.294/2023	Deferido
62	PL 1.295/2023	Deferido
63	PL 1.296/2023	Deferido
64	PL 1.297/2023	Deferido
65	PL 1.298/2023	Deferido
66	PL 1.299/2023	Deferido
67	PL 1.300/2023	Deferido
68	PL 1.301/2023	Deferido
69	PL 1.302/2023	Deferido
70	PL 1.303/2023	Deferido
71	PL 1.304/2023	Deferido
72	PL 1.305/2023	Deferido
73	PL 1.306/2023	Deferido
74	PL 1.307/2023	Deferido
75	PL 1.308/2023	Deferido
76	PL 1.309/2023	Deferido
77	PL 1.310/2023	Deferido
78	PL 1.311/2023	Deferido
79	PL 1.312/2023	Deferido
80	PL 1.313/2023	Deferido
81	PL 1.314/2023	Deferido
82	PL 1.315/2023	Deferido
83	PL 1.316/2023	Deferido
84	PL 1.317/2023	Deferido
85	PL 1.318/2023	Deferido
86	PL 1.319/2023	Deferido
87	PL 1.320/2023	Deferido
88	PL 1.321/2023	Deferido
89	PL 1.322/2023	Deferido
90	PL 1.323/2023	Deferido
91	PL 1.324/2023	Deferido
92	PL 1.325/2023	Deferido
93	PL 1.326/2023	Deferido
94	PL 1.327/2023	Deferido
95	PL 1.328/2023	Deferido
96	PL 1.329/2023	Deferido
97	PL 1.330/2023	Deferido
98	PL 1.331/2023	Deferido
99	PL 1.332/2023	Deferido
100	PL 1.333/2023	Deferido

1. **AGENDA DA CÂMARA**

2. **AGENDA DO SENADO**

3. **AGENDA DO CONGRESSO NACIONAL**

4. **AGENDA DO GOVERNO FEDERAL**

5. **AGENDA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

6. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO**

7. **AGENDA DO GOVERNO DO PARANÁ**

8. **AGENDA DO GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL**

9. **AGENDA DO GOVERNO DO MATO GROSSO**

10. **AGENDA DO GOVERNO DO PIAUÍ**

11. **AGENDA DO GOVERNO DO CEARÁ**

12. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

13. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

14. **AGENDA DO GOVERNO DO ACRE**

15. **AGENDA DO GOVERNO DO AMAPÁ**

16. **AGENDA DO GOVERNO DO RORAIMA**

17. **AGENDA DO GOVERNO DO TOCANTINS**

18. **AGENDA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

19. **AGENDA DO GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO**

20. **AGENDA DO GOVERNO DO GOIÁS**

21. **AGENDA DO GOVERNO DO MARANHÃO**

22. **AGENDA DO GOVERNO DO PERNAMBUCO**

23. **AGENDA DO GOVERNO DO PIAUÍ**

24. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO**

25. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

26. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

27. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

28. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

29. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

30. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

31. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

32. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

33. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

34. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

35. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

36. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

37. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

38. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

39. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

40. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

41. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

42. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

43. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

44. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

45. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

46. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

47. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

48. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

49. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

50. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

51. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

52. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

53. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

54. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

55. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

56. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

57. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

58. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

59. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

60. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

61. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

62. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

63. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

64. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

65. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

66. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

67. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

68. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

69. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

70. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

71. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

72. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

73. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

74. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

75. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

76. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

77. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

78. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

79. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

80. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

81. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

82. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

83. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

84. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

85. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

86. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

87. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

88. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

89. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

90. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

91. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

92. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

93. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

94. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

95. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

96. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

97. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

98. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**

99. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE**

100. **AGENDA DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**



09/05/2024 - quinta-feira

10:00

[Audiência Pública](#)

CLP - Comissão de Legislação Participativa

Local

Objetivo

Status

Anexo II, Plenário 03

Execução da PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Expositores: 1 - Marenilson Batista da Silva - Representante do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
2 - Ministério da Fazenda 3 - CONTRAF - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil 4 - Vânia Marques - Secretária de política Agrícola da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares 5 - Jose Cláudio Fidélis Pereira - Presidente da FASER - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil 6 - Natalino Avance de Souza - Presidente da ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária 7 - Jeferson Coriteac - Presidente da ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural 8 - Jaqueline da Luz Ferreira - Instituto Escolhas 9 - Deputado Nilto Tatto - Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

Encerrada

10:00

[Audiência Pública](#)

CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Local

Objetivo

Status

Anexo II, Plenário 06

A política de abastecimento em curso no Brasil
 Convidados: 1) MILTON FORNAZIERI, secretário de abastecimento, cooperativismo e soberania alimentar (SEAB), do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA (presença confirmada); 2) SILVIO FARNESE, secretário adjunto substituto do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA (presença confirmada); 3) SILVIO PORTO, diretor-executivo de política agrícola e informações da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (presença confirmada); 4) Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG (não participará); 5) FELIPE ÁVILA, diretor técnico-operacional das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. - CEASAMINAS (presença confirmada); 6) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA; e 7) ÉLIDO BONOMO, presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (presença confirmada). (REQ 37/2024 CAPADR, do deputado Padre João - PT/MG)

Encerrada

10/05/2024 - sexta-feira

<p>14:30</p> <p>Audiência Pública</p> <p>Local</p>	<p>CEPORTOS - Comissão de Juristas com a finalidade de debater e apresentar proposta de revisão do arcabouço legal que regula a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias brasileiro</p>	<p>Objetivo</p> <p>Temas Gerais da Atividade Portuária Audiência Pública Temas Gerais da Atividade Portuária Convidados: Robison José Coelho, Secretário Adjunto de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina, em conjunto com Alex Juk, Gerente de Portos (confirmados); Sérgio Rodrigues Alves, Presidente do Conselho Superior da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC (confirmado); Egidio Martorano, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Presidente da Câmara de Infraestrutura e Logística, representando a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC (confirmado); Antônio Guimarães, Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários de Itajaí e Navegantes - SINDOPIN (confirmado); Hugo Raposo, Diretor-Executivo do Sindicato dos Operadores Portuários de São Francisco do Sul - SINDOPSF (confirmado); Gilberto Barreto, Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários de Imbituba - SINDOP Imbituba (confirmado); Anderson Perez Ribeiro, Vice-Presidente de Comércio Exterior e Logística da Associação Empresarial de Itajaí - ACII (confirmado); João Ricardo Chaves de Andrade, Vice-Presidente da Associação Empresarial de São Francisco do Sul - ACISFS (confirmado); Alberto Machado, Diretor da Associação Empresarial de Itapoá - ACINI (confirmado); Andréia Leydeane Miranda, Presidente da Associação Empresarial de Imbituba - ACIM, em conjunto com Suzana Gil, Diretora de Assuntos Portuários (confirmadas); Osmari de Castilho Ribas, Diretor da Associação Empresarial de Navegantes - ACIN (confirmado); Ecléio da Silva, Diretor Executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Comissárias de Despachos do Estado de Santa Catarina - SINDASC (confirmado); Paulo Giovanni Fabeni, Presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de Santa Catarina - SINDAESC (confirmado); Rogério Marin, Presidente do Sindicato das Empresas de Comércio Exterior do Estado de Santa Catarina - SINDITRADE (confirmado); Sérgio Paulo Perrucci de Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias - FENOP (confirmado); Jesualdo Silva, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários - ABTP (confirmado); Carlos Koptitke, Presidente da Diretoria Executiva da Associação Brasileira de Terminais de Líquidos - ABTL (confirmado); Murilo Barbosa, Diretor-Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados - ATP (confirmado); Caio Morel, Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres - ABRATEC (confirmado); Claudio Loureiro, Diretor Executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica - CENTRONAVE (confirmado); Luis Fernando Resano, Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem - ABAC (confirmado); Henry Uliano Quaresma, Conselheiro da Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB, em conjunto com Aluisio Souza Sobreira, Diretor da AEB (confirmados); Mário Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura - IBI (confirmado); Bruno Lobo, Diretor Executivo da Maritime Law Academy (confirmado); Maurício Medeiros de Souza, Gerente Regional de Florianópolis - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ (confirmado); Osvaldo Agripino de Castro Junior, Advogado da Logística Brasil (confirmado); Marcelo Werner Salles, Presidente do Conselho de Administração da SC Participações e Parcerias S.A. - SC Par (confirmado); e Jorge Roberto Duarte Maia, Relações Públicas da Intersindical Portuária de Itajaí/SC e Presidente do Sindicato dos Vigias Portuários de Itajaí/SC (confirmado). Edital de convocação da Audiência Pública disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/57a-legislatura/revisao-legal-exploracao-portos-instalacoes-portuarias/outras-documentos/EditalAAPItaja100524.pdf</p> <p>Status</p> <p>Em Andamento</p>
<p>17:30</p> <p>Reunião</p> <p>Local</p>	<p>CEPORTOS - Comissão de Juristas com a finalidade de debater e apresentar proposta de revisão do arcabouço legal que regula a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias brasileiro</p>	<p>Objetivo</p> <p>Reunião Mensal Reunião mensal da Comissão</p> <p>Status</p> <p>Convocada</p>

